O DESAFIO DO CURRÍCULO INTEGRADO NO PROEJA

Camila Aparecida de **Campos** – UFG

Agência Financiadora: CAPES; SETEC e PROEJA

Esta pesquisa analisa experiências em curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no Estado de Goiás, no período de 2006 a 2010. O presente artigo apresentará uma análise do Proeja de duas instituições diferentes, tendo como foco a questão do currículo integrado, a partir dos seus projetos pedagógicos, de questionários aplicados a alunos, professores e gestores e do acompanhamento *in loco*.

Um dos principais enfrentamentos no campo da educação profissional no Brasil, na última década, se deu em torno do cumprimento do Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 que priorizava a formação técnica em detrimento da geral, o que impedia a continuidade da oferta de cursos integrados de nível médio. Quando esse decreto foi revogado, pelo Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004, a proposta de volta da integração curricular era uma expectativa na educação profissional. Essa expectativa pôde se efetivar, entre outras medidas, com a criação do Proeja. Esta articulação entre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional (EP) se tornou um programa de governo em 24 de junho de 2005, através do Decreto 5.478, que em 2006, alterado pelo Decreto nº 5.840, em 13 de julho de 2006, que avança na sua abrangência para além das instituições federais de educação tecnológica e passa a ser um programa federal, que poderá ser adotado ainda pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, nos níveis fundamental e médio.

1 – Currículo integrado: educação e trabalho

Pensar o currículo para alguns educadores remete a uma idéia de formulação e organização de listas de conteúdos a serem ministrados, com os devidos procedimentos metodológicos. Uma perspectiva crítica na educação já não admite a neutralidade no processo de construção do currículo, e este, é organizado com um viés político e epistemológico, como nos diz Moreira e Silva (2002): *"O currículo é uma área contestada, é uma arena política"* (p. 21).

Segundo Ciavatta (2005) o sonho de uma formação completa partiu dos primeiros socialistas que buscavam o viés "*omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica"* (p. 86). O que caracteriza o currículo integrado é a junção da formação específica (técnica) com a formação geral: "*Poderíamos tentar definir o currículo integrado como um plano pedagógico e sua correspondente organização institucional que articula dinamicamente trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade*" (DAVINI, 1999, p. 284).

Pensar o trabalho enquanto atividade de produção, no sentido de produtivismo, é ir ao encontro da alienação humana. No conceito marxiano o trabalho é realização, e a produção deve estar ligada à atividade criadora, e não meramente reprodutora. O trabalho é a expressão da práxis,

na qual o homem se relaciona com a natureza, com os outros homens, transformando os outros e a si mesmo. Assim, o trabalho deve ser visto como um 'meio' de criação do bem estar do homem, afinal, o trabalho é central na vida do homem, diferenciando-o dos animais justamente por sua capacidade criadora de gerar meios para superar suas necessidades e garantir uma vida melhor.

A proposta de integração curricular é nesse sentido, uma estratégia para uma educação diferenciada, que mesmo estando no viés do Estado, abre-se uma possibilidade de, na contradição, construir uma perspectiva progressista, que vise o ser humano e não o mercado de trabalho.

2 - Análise dos proejas em duas instituições federais:

Para essa análise dos cursos optou-se por eleger parte de seus componentes, tais como, percurso formativo, objetivos e princípios e organização curricular de duas instituições federais, que denominamos A e B[1]. Buscando uma análise contextualizada, partiu-se da realidade complexa, visando a totalidade, através do que está explicito ou implícito na sua documentação.

a) Percurso formativo:

Os projetos das instituições A e B afirmam em sua justificativa a necessidade de adequação ao decreto que instituiu o Proeja. O que diferencia um projeto do outro, no que tange ao caminho percorrido pelo educando é a escolha do curso. Na instituição A a proposta pedagógica é elaborada em torno de um único curso (formação geral e específica através de uma habilitação), já no caso B, o aluno escolhe a sua formação técnica após fazer a formação geral.

b) Objetivos e princípios dos cursos

Pode-se afirmar que os dois projetos possuem princípios diferentes. O documento da instituição A, no seu primeiro parágrafo sobre *Concepções e princípios do curso,* aponta a opção pela *praxis*, com o objetivo de formar um "(...) trabalhador-cidadão, consciente de sua unicidade enquanto sujeito potencialmente transformador de sua realidade de origem (excluído), da sua capacidade de pensamento autônomo, independente e crítico e da sua condição ontológica de ser coletivo e solidário." (INSTITUIÇÃO A, 2006, p.7). A concepção de *trabalhador-cidadão*, articulada a praxis, visa uma formação que supere a visão fragmentada da sociedade e do mundo, e caracterize a historicidade do homem enquanto agente transformador.

No documento da instituição B não há nenhuma inferência a perspectiva de formação humana, onilateral, ou politécnica. Aponta a necessidade de relacionar teoria e prática nas áreas de conhecimento, mas não materializa a forma como se daria esta relação, ou mesmo qual a finalidade desta.

---

[1] O Projeto da **Instituição A** intitulado *Projeto de implantação do curso de educação profissional técnica de nível médio integrado em serviços de alimentação na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA)* é assinado pela Coordenação da Área, ligado a Diretoria de Ensino do CEFET, oferece o curso de "Serviços de Alimentação". O documento norteador da **Instituição B** é o *Plano de Curso para a Educação de Jovens e Adultos,* parceria entre este CEFET e a Secretaria de Estado de Educação de Goiás (SEE-GO), ambos elaborados em 2006.

Na busca de entender estes sujeitos jovens e adultos, a Instituição A (2006), amparada por uma pesquisa bibliográfica, concluiu que a EJA tem conquistado espaços e conseguido "*desmistificar visões equivocadas e generalistas deste tipo de educação"*, e aponta como sujeitos o "*trabalhador cidadão*" (p.7), reconhece que não há "*homogeneidade cultural entre os educandos jovens e adultos*" (p.9). A Instituição B (2006) pouco aponta desta especificidade, sendo que no item 7.2 *Desenvolvimento Metodológico*, no segundo parágrafo encontra-se a seguinte afirmação: "*Será levada em conta a diversidade dos processos educativos do ensino médio e do ensino técnico"* (p.11) sem referência alguma as especificidades da EJA.

c) Organização Curricular

As duas instituições se organizam de formas distintas enquanto currículo. A Instituição A (2006) se organiza em 6 semestres, e a B em 7 semestres, sendo 4 de formação geral e 3 de formação técnica de acordo com a escolha do aluno. Observando os dados não percebemos grandes discrepâncias em relação à legislação. Mas na organização curricular é que estas se acentuam, o que pode ser evidenciado quando nos pautamos por princípios tais como os apontados por Paiva (2004) "(...) **o trabalho, a cidadania e a democratização e construção do saber**, tendo a **criticidade** como qualidade/requisito essencial à concretização e à vivência desses princípios" (p. 219).

No projeto da Instituição A (2006) percebemos esta preocupação. Em sua organização curricular foi feita uma divisão em eixos temáticos que assimilam os princípios supracitados, articulados com a proposta do curso (Serviços de Alimentação), sendo eles: 1) Trabalho cultura e alimentação, 2) Conhecimento, tecnologia e alimentação, 3) Sujeito, desenvolvimento e responsabilidade sócio-ambiental, e, 4) Serviços de Alimentação e mercado x Gestão e alternativas de trabalho e rena. Cada eixo possui um texto explicativo e reflexivo e, na divisão em disciplinas, cada uma possui no mínimo articulação com um desses eixos.

Na Instituição B (2006), como dissemos anteriormente, a escolha do curso técnico fica a critério do aluno. A informação existente no projeto é a existência de 9 cursos, sem referência a quadro docente. Contudo, através de reuniões com a coordenação do Proeja desta instituição, obteve-se o dado de que os professores responsáveis pela formação geral são lotados na Secretaria de Educação do Estado de Goiás, portanto, não são do CEFET. No final do projeto encontramos apenas a relação dos conteúdos da formação geral, já que os demais dependem da escolha do aluno.

O que cabe aqui analisar é a concepção de integração presente nestes dois projetos. Para a Instituição B (2006), integrar tem um sentido de "concomitância" ou "subsequência" típico da reforma educacional dos anos 1990. Não há maiores referências ao Documento Base do Proeja, pois este foi publicado em momento posterior a elaboração deste projeto. Isso justifica em parte a falta de orientação teórico-metodológica com o programa. O projeto da instituição A (2006) se mostra mais articulado em relação à proposição do Proeja. Apesar de ter sido elaborado também antes do

Documento Base do Proeja, já apresenta, por exemplo, o trabalho enquanto princípio educativo que é um dos pontos centrais do Documento Base.

Considerações Finais

Para a apresentação do atual estágio da pesquisa, observa-se contradições na implementação do Proeja dessas instituições a partir da comparação de suas propostas de curso, no que concerne a aproximação ou não com o conceito de currículo integrado. Fica evidente a não existência de currículo integrado na Instituição B (2006), desde a concepção do curso até o seu desdobramento. Há uma proposição de currículo integrado no curso da Instituição A, todavia, o que é preciso considerar, nesse caso, é que a intencionalidade do projeto, nem sempre se materializa na realidade da instituição de ensino.

Durante o ano de 2008, com a realização de seminários de pesquisa, curso de especialização para os professores da rede federal e eventos com a participação de alunos e professores das instituições com experiências de Proeja em Goiás, percebeu-se que houve uma inquietação em relação à perspectiva do currículo integrado. A instituição B (2006), por exemplo, reelaborou sua proposta em direção a oferta de três cursos de Proeja na modalidade integrada para 2009, enquanto a Instituição A busca internamente o fortalecimento da sua proposta de currículo integrado, através da abertura de novos cursos de Proeja. O passo seguinte da pesquisa é acompanhamento de fato do currículo integrado em ação, no cotidiano de alunos e professores das duas instituições.

Referencial Bibliográfico

BRASIL, MEC, SETEC. *Documento Base.* Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, 2007.

BRASIL . Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997.Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208_97.pdf>

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>

_____. Decreto nº 5.478 de 24 de julho de 2005. <Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>

_____. Decreto nº 5.840 de julho de 2006. Disponível em <http://forumeja.org.br/pf/files/Decreto nº 5840_13jul06.pdf>

DAVINI, M. C. Currículo integrado. In: SANTANA, J. P.; CASTRO, J.L. de. *Capacitação em desenvolvimento de recursos humanos de saúde.* Natal: EDUFRN, 1999. p. 281-289.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa, e SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução ***In*** _____. *Currículo, Cultura e Sociedade.*. São Paulo, Cortez, 2002.

PAIVA, Jane. Concepção curricular para o ensino médio na modalidade de jovens e adultos: experiências como fundamento. ***In*** FRIGOTTO, Gaudêncio, e CIAVATTA, Maria (orgs) *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho***.** Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.